

M P P E e m foco.



ANO V – Nº 25
Recife, Abril | Maio | Junho 2015

Consumidor mais protegido



Foto: Fernando Poritto

**Eivaldo Coutinho, do
Procon, destaca parcerias**

>> Com mediação do Ministério Público, processo de municipalização da iluminação pública avança no Estado. Celpe e prefeitos assinam acordo na Amupe >> Em defesa dos direitos humanos, promotores de Justiça debatem com a sociedade a implantação da Carteira de Nome Social para as pessoas trans >> Promotores de Justiça buscam preservar fósseis encontrados no Sertão do Araripe, durante processo de extração de gesso, e apontam soluções.



Consumidor Vencedor é um site do Ministério Público que traz informações sobre vitórias conquistadas na defesa coletiva dos consumidores. Agora, o Ministério Público de Pernambuco também faz parte deste projeto, disponibilizando suas ações para que todos os consumidores acompanhem e façam valer os seus direitos.

Resumo das decisões judiciais obtidas nas ações levadas à Justiça pelo MPPE - TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) - Espaço para denúncias sobre descumprimento de TACs e decisões judiciais pelas empresas.



www.consumidorvencedor.mp.br

sumário

MPPE EM FOCO
Circulação trimestral – Tiragem 1.500 exemplares
Distribuição gratuita
Abril | Maio | Junho 2015

CÃES ABANDONADOS

Em defesa de dezenas de cães abandonados em uma casa, o promotor de Justiça Ricardo Coelho recomendou uma série de ações aos órgãos municipais do Recife. **5**

DEFESA DO CONSUMIDOR

Novo gerente-geral do Procon-PE, Erivaldo Coutinho destaca em entrevista a importância das parcerias realizadas com o MPPE em defesa do consumidor. **6**

CARTEIRA DE NOME SOCIAL

Promotor de Justiça Maxwell Vignoli fortalece processo de implantação da carteira de nome social para as pessoas trans, ao abrir debate sobre o assunto. **8**

MPPE MAIS TRANSPARENTE

Em nome da transparência, a partir de agora, qualquer cidadão poderá consultar a tramitação dos procedimentos extrajudiciais iniciados no MPPE. **11**

FÓSSEIS DO ARARIPE

Promotores de Justiça Juliana Pazinato e André Felipe abrem debate no Sertão do Araripe sobre importância da preservação de achados fossilíferos. **16**

CONSUMIDOR PROTEGIDO

O MPPE continua ampliando seu raio de ação em defesa dos consumidores. Os resultados desse trabalho incessante têm sido cada vez mais positivos. **18**

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Em cumprimento a uma resolução da Anel, prefeitos e Celpe assinaram acordo com mediação do MPPE, em torno da municipalização da iluminação pública. **22**

LEI MARIA DA PENHA

A promotora de Justiça Geovana Belfort, agora à frente do Núcleo de Apoio à Mulher, promoveu ação educativa no Metrô sobre a Lei Maria da Penha. **26**

FEIRA DA SULANCA

A promotora de Justiça Bianca Stella presidiu audiência pública no Fórum de Caruaru sobre a transferência da Feira da Sulanca do Parque 18 de Maio para outro local. **28**

INQUÉRITO DE POÇÃO

Promotores de Justiça Ana Clézia e Edeílson Lins receberam do delegado Erik Lessa o inquérito da Operação Tutela, sobre a chacina ocorrida em Poção. **31**



Foto: Cátia Fonseca

Promotora Helena Capela apura possíveis irregularidades na assistência do sistema de saúde a pessoas que vivem com Aids. 12

Diálogo ampliado

Chegamos à segunda edição da revista MPPE em Foco na atual gestão. E, com uma rápida leitura de seu conteúdo, podemos afirmar que o Ministério Público de Pernambuco mostra-se cada vez mais atuante e mais próximo da população, como uma instituição propositiva e resolutiva, que cumpre à risca seu papel constitucional na defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade.

Vale aqui destacar que estamos buscando ampliar o diálogo com as instituições e a sociedade civil porque entendemos que o diálogo é a base de tudo. E é assim que se fortalece a cidadania e se promove a justiça social. Por falar em justiça social, destacamos nesta edição o trabalho desenvolvido pelo MPPE no campo dos direitos humanos, quando nossa instituição passa a lutar pela implantação da Carteira de Nome Social para as pessoas trans.

Ainda nessa mesma área dos direitos humanos, enalteçamos o trabalho desenvolvido pelo GT Racismo, ao ampliar o debate com diferentes instituições e sociedade civil sobre as barreiras de acesso à Justiça enfrentadas pelos jovens negros em situação de violência. Essa é uma realidade que nos toca profundamente e deve ser mudada o quanto antes.

Mas, o grande destaque desta edição está na matéria sobre a defesa dos direitos do consumidor que os promotores de Justiça têm desenvolvido no dia a dia nas mais diferentes áreas. E muitas vezes em parceria com o Procon, cujo novo gerente-geral é o entrevistado desta edição. Aliás, o próprio Erivaldo Coutinho reconhece as ações conjuntas das duas instituições em defesa do consumidor.

Com esta edição, chegamos no dia 23 de abril aos nossos cem primeiros dias à frente da Instituição. E podemos dizer que estamos no caminho certo ao promover uma gestão descentralizada, como as instituições modernas devem ser, e baseada no amadurecimento do diálogo franco e transparente, como nossos pares desejam.

Os resultados desse trabalho a várias mãos começam a se materializar nas muitas ações institucionais desenvolvidas em favor da sociedade pernambucana.

A todos, uma boa leitura!
Carlos Guerra de Holanda
Procurador-geral de Justiça

Expediente

Ministério Público de Pernambuco – **Procurador-geral de Justiça** Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda | **Subprocurador-geral em Assuntos Institucionais** Fernando Barros de Lima | **Subprocuradora-geral em Assuntos Administrativos** Lais Coelho Teixeira Cavalcanti | **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clênio Valença Avelino de Andrade | **Corregedor-geral** Renato da Silva Filho | **Corregedor-geral substituto** Paulo Roberto Lapenda Figueiredo | **Ouvidor-geral** Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti | **Secretário-geral** Aguinaldo Fenelon de Barros | **Secretário-geral adjunto** Valdir Francisco de Oliveira | **Chefe de gabinete** José Bispo de Melo | **Coordenador de gabinete** Petrucio José Luna de Aquino | **Assessor Ministerial de Comunicação Social** Jaques Cerqueira | **Jornalistas** Alana Moreira, Bruno Bastos, Giselly Veras, Isa Maria, Izabella Cavalcanti e Miguel Rios | **Publicidade** Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado | **Relações Públicas** Evângela Andrade | **Estagiários** Igor Souza, Vinicius Melo e Vanessa Falcão (Jornalismo) e Maria Eduarda Rocha (Publicidade) | **Apoio Administrativo** Cátia Fonseca, Bruna Vieira e Marli Cruz | **Repórter fotográfico** Thiago Aquino | **Apoio** Marcos Cesar | **REVISTA MPPE** - Edição Jaques Cerqueira | **Projeto Gráfico** Leonardo MR Dourado | **Diagramação** Aluísio Ricardo | **Produção Executiva** Evângela Andrade | **Fotos** Assessoria MPPE | **Impressão** Itapissu Gráfica.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antonio, Recife, PE – CEP: 50.010-240 – Fones: (81) 3303.1259 / 1270 / 1279 – Fonefax: (81) 3303.1260 – imprensa@mppe.mp.br – www.mppe.mp.br – www.twitter.com/mppe_noticias

Foto: Thiago Aquino



Cães abandonados atraíram as atenções do MPPE e de ativistas da causa de defesa animal

Sempre a seu lado

A denúncia do abandono de cerca de cem cães numa casa desocupada no bairro da Encruzilhada agitou vários grupos de ativistas da causa de defesa animal. Sintonizado com os anseios da população, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) passou a atuar em busca de soluções para o problema.

Representado pelo promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital, Ricardo Coelho, a instituição tratou logo de recomendar à Secretaria-Executiva de Direitos dos Animais (Seda) e ao Centro de Vigilância Ambiental (CVA) da Prefeitura do Recife a realização de feiras de adoção, bem como permitir a ajuda das Organizações Não Governamentais (ONGs).

O gerente do CVA, Jurandir Almeida, declarou na ocasião que houve uma feira de adoção anterior, mas não soube precisar se os animais que participaram da feira estavam castrados. “Nós identificamos, higienizamos e vacinamos os animais que estavam em condições de receber os devidos tratamentos. Também fizemos um esforço para abrigar 14 animais que estavam sem condições de voltar para a residência”, informou.

Para evitar que isso se repita, Ricardo Coelho recomendou que a partir da próxima feira, a Seda e o CVA não poderão permitir a adoção de animais não castrados. Além disso, os dois órgãos deverão designar cuidadores para realizar medicação e higienização dos animais que ainda se en-

contravam na casa.

Outras recomendações foram expedidas aos órgãos da Prefeitura do Recife para que realizem o cadastro dos animais, disponibilizem de imediato um local para recebê-los e iniciem as obras de construção de um hospital veterinário público. O CVA deverá, ainda, iniciar obras para ampliação das suas instalações destinadas aos cães e realizar vistoria nos animais que estão com a ex-inquilina da residência.

Os representantes de ONGs ressaltaram que a demora no atendimento já causou a morte de 15 animais. “A situação está causando estresse extremo nos animais, por isso eles estão atacando uns aos outros”, informou o gestor do Projeto Mascote de Rua, Junior Viana. Para evitar a continuidade da morte dos cães, o MPPE também recomendou à Seda que faça a separação dos líderes da matilha.

O gerente de planejamento da Seda, Fausto Melo, acrescentou que cerca de 50 animais foram atendidos, 29 castrados e todo o trabalho deve ser concluído no prazo de 90 dias, a contar da última reunião.



Foto: Cátia Fonseca

Ricardo Coelho: Animais devem ser medicados

“É de grande valia nossa parceria com o MPPE”

Desde 1º de fevereiro, o Procon Pernambuco tem novo gerente-geral. Trata-se do advogado Eivaldo Coutinho, 47 anos. Formado em Direito pela Unicap, foi diretor administrativo na Secretaria de Saúde do Recife, mesmo cargo que ocuparia depois na Secretaria Estadual de Saúde. Nesta entrevista, ele fala sobre as ações de seu órgão em defesa do consumidor e sobre as parcerias com o MPPE.



Foto: Fernando Portto

Erivaldo Coutinho: O Procon tem 85% de resolutividade, o que aumenta nossa credibilidade junto à sociedade

Qual das parcerias desenvolvidas com o MPPE o senhor destacaria como mais importante?

As ações desenvolvidas nos supermercados, onde foi possível coibir a venda de produtos inapropriados ao consumo.

O senhor acredita que a questão do tempo de espera nas filas dos bancos será resolvida?

Sim. O diálogo estabelecido entre Procon e bancos, através do fórum permanente, vem possibilitando a adequação das condutas das instituições financeiras ao efetivo cumprimento da legislação aplicada à espécie, sem, no entanto, inibir a imposição de penalidade pecuniária decorrente das constantes fiscalizações efetuadas.

Como anda o cumprimento da Lei 4.591/64 (Lei do Condomínio) pelas empresas construtoras e imobiliárias do Recife?

A fiscalização junto às empresas construtoras e imobiliárias tem sido constante para verificar o efetivo cumprimento da Lei 4.591/64. Da mesma forma, há um diálogo permanente entre Procon, Sindicato da Indústria da Construção Civil em Pernambuco (Sinduscon-PE) e Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE).

A parceria Procon-MPPE contribui para aumentar a confiança do consumidor em torno de seus direitos?

Sim. O Governo do Estado nos últimos oito anos vem investindo na estrutura física do órgão, na contratação de assessores jurídicos e na disponibilização de servidores do quadro, o que possibilita agilidade na abertura de reclamações e celeridade nos julgamentos das defesas administrativas

apresentadas pelas empresas reclamadas. Atualmente a resolutividade atinge o índice de 85%, o que importa em credibilidade junto à sociedade e fornecedores. Outro ponto positivo foi a abertura de 61 unidades do Procon em municípios do Estado de Pernambuco, potencializando o atendimento aos cidadãos.

O consumidor pernambucano tem recorrido mais ao Procon hoje do que no passado?

Sim. Isso se deve ao índice de resolutividade, que é de 85% das reclamações submetidas ao órgão, bem como as punições im-

O Procon-PE denunciou a prática de preços tabelados pelas autoescolas do Recife e o MPPE levou a denúncia ao Cade, que acatou o pedido. Essa questão está resolvida?

Com o reconhecimento por parte do Cade da conduta inapropriada pelo Centro de Formação de Condutores, serão efetuadas novas fiscalizações a fim de verificar se ainda esses Centros insistem na prática da referida transgressão.

As blitzes nos supermercados vão continuar?

“As Promotorias de Defesa do Consumidor têm sido guardiãs na vigilância do efetivo cumprimento da legislação consumerista”

postas aos fornecedores transgressores do Código de Defesa do Consumidor.

A que se deve esse aumento de confiança?

Ao efetivo cumprimento do papel institucional que cabe ao Procon.

O que falta para que o Código e Defesa do Consumidor seja mais bem cumprido?

Que o consumidor adquira o hábito de denunciar com mais frequência qualquer abuso do seu direito.

Qual contribuição que o consumidor pode dar para fortalecer o cumprimento desse Código?

Denunciando.

Sim. Em face das ilegalidades apuradas e das reincidências por ocasião das fiscalizações, constatou-se a necessidade de se fazer essa fiscalização de forma permanente e contínua.

Haverá novas parcerias Procon-MPPE?

Sim, pois essa parceria tem sido de fundamental importância para a sociedade.

Como o senhor avalia a atuação do MPPE na defesa do consumidor?

É de grande valia nossa parceria com o MPPE, uma vez que as Promotorias de Defesa do Consumidor têm sido guardiãs na vigilância do efetivo cumprimento da legislação consumerista, agindo de forma ativa e eficaz sempre que detecta qualquer transgressão.

A luta por um espaço a mais

A luta em defesa dos direitos humanos no segmento LGBT está cada vez mais fortalecida em Pernambuco, graças à atuação firme do MPPE. Agora, a implantação da Carteira de Nome Social (CNS) para pessoas trans vai representar mais um avanço da cidadania no Estado. E falta pouco para isso.



Texto: Giselly Veras

Em torno dessa questão, o entendimento do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) é que o nome determina a identificação e vinculação da pessoa ao seu respectivo grupo familiar e social, além de assumir fundamental importância para indicar aspectos de ordem pessoal, fatos estes que conferem ao nome condição de direito personalíssimo. A identidade da pessoa é constituída por elementos não só impostos pelo ambiente social, mas construída a partir de uma percepção intrínseca da pessoa em relação às condições culturais e sociais nas quais ela está inserida. Portanto, as pessoas trans não se identificam com o gênero do sexo biológico.

O assunto foi tema de audiência pública, no dia 13 de abril, por iniciativa do promotor de Justiça de Defesa da Cidadania do Recife, Maxwell Vignoli. Durante o encontro, realizado na sede das Promotorias de Justiça, na Avenida Visconde de Suassuna, em Santo Amaro, representantes da Secretaria de Defesa Social (SDS), da Coordena-

doria LGBT/Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e do Instituto de Identificação Tavares Buril (ITB) apresentaram duas sugestões.

A primeira delas diz respeito à indicação da Secretaria de Direitos Humanos, com apoio do ITB, como responsável pela anotação no prontuário civil da CNS. A outra sugestão é que seja feita articulação política pela Secretaria da Diversidade Sexual (LGBT) do Governo Estadual para se chegar a uma regulamentação da Carteira de Nome Social, por meio de decreto lei. Na verdade, a luta em defesa da implantação da CNS não é de hoje. Os primeiros passos em direção a essa conquista foram dados ainda em agosto de 2014, quando o MPPE instaurou procedimento preparatório para investigar como se encontrava a situação da carteira em Pernambuco.

Passados sete meses, o MPPE converteu o procedimento em inquérito civil. De acordo com o promotor de Justiça Maxwell

Vignoli, a complexidade do objeto desse inquérito exige ampla discussão com entidades representativas do segmento LGBT, para adoção de medidas que garantam a implantação da carteira. Para assegurar o exercício da cidadania de forma ampla, em aplicação do princípio da dignidade, Vignoli acredita que se faz necessária a disponibilização da Carteira de Identidade Social para as pessoas trans, assegurando não só o nome social como também a indicação do gênero de identificação das pessoas.

O próximo passo é aguardar que a Superintendência de Diversidade Sexual (LGBT) do Governo do Estado apresente informações técnicas sobre definição e regulamentação da Carteira de Nome Social, dentro dos modelos adotados no Rio Grande do Sul (Decreto nº 48.118/2011) e Mato Grosso do Sul (Decreto nº 13.954/2014). Também no Pará, o Decreto nº 726/2013 regulamenta a emissão da CNS pela Polícia Civil para as pessoas cadastradas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, por meio



do programa Oportuniza Pará, de promoção à cidadania LGBT.

No Amazonas, a emissão da Carteira de Nome Social para travestis e transexuais está prevista pela portaria 057/2014, da secretaria de Segurança Pública, publicada no Diário Oficial do Estado. Da CNS, que é confeccionada em papel cédula, nos mesmos moldes da cédula de identidade, constam os seguintes dados: nome social, profissão, número do RG e nome da mãe do portador da carteira. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado da federação a adotar o documento que, num primeiro momento, terá validade apenas em território gaúcho. Como essa conquista da comunidade LGBT está ainda muito no começo, nada mais natural que daqui a poucos anos a carteira passe a ter validade em todo o País. É só questão de tempo.

Com a Carteira de Nome Social, a paraense Graziella Bittencourt, de 18 anos, sempre se sentia constrangida em público

Assunto foi tema de audiência pública no dia 13 de abril na sede do Ministério Público, na avenida Visconde de Suassuna

quando era chamada de Mateus. Afinal, o nome masculino de batismo não a representava mais socialmente. Graziella faz parte dos 5% da população do Pará formados por travestis. De posse da CNS, Graziella não passará mais por situações de constrangimento em público. Integrante do Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia (Greta), a jovem diz sentir-se incluída e reconhecida socialmente a partir da oficialização da mais nova identificação.



Foto: Jaques Cerqueira

Nome social vale no MPPE

O procurador-geral de Justiça, Carlos Augusto Guerra, assinou em frente à plateia presente ao evento de abertura da Semana do Amor Igual, no dia 8 de maio, no auditório do Bloco J da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), portaria determinando que o nome social das pessoas transgêneras será amplamente aceito e respeitado no âmbito do Ministério Público de Pernambuco.



Foto: Cátia Fonseca

Maxwell Vignoli: Objeto de inquérito necessita de ampla discussão

Pioneirismo gaúcho



Modelo de primeira carteira de Nome Social emitida no Rio Grande do Sul

A Carteira de Nome Social (CNS), que tem função de carteira de identidade, permite que travestis e transexuais sejam identificadas por nomes femininos. Numa iniciativa pioneira no País, o Rio Grande do Sul implantou o documento por meio do Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012. Instituída para travestis e transexuais

em território gaúcho para o exercício dos direitos previstos no Decreto nº 48.118, de 27 de junho de 2011, a CNS é válida para tratamento nominal nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Rio Grande do Sul. O processo de emissão da Carteira de Nome Social para travestis e transexuais no estado gaúcho começou em 16

de agosto de 2012. Para fazer a carteira, os interessados devem procurar os postos de identificação da capital, munidos da certidão original de nascimento e da última carteira de identidade. A primeira via do documento é gratuita. No caso de 2ª via, será cobrada a mesma taxa da confecção do Registro Geral (RG), que é de R\$ 45,50.

Avanço na UFPE

Em fevereiro deste ano, uma portaria assinada pelo reitor Anísio Brasileiro regulamentou o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos da instituição na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). "A portaria veio para harmonizar a convivência com um grupo social cada vez mais numeroso nas universidades de maneira geral. Para evitar constrangimentos e dar a possibilidade de, socialmente, as pessoas serem identificadas como desejam", afirmou na ocasião o vice-reitor Silvio Romero Marques.

A portaria deixa bem claro que "o estudante maior de 18 anos poderá requerer, por escrito, a inclusão do seu nome social na UFPE no ato de matrícula ou a qualquer momento no decorrer do curso". Estudantes com idade inferior a 18 anos também podem solicitar o direito mediante apresentação de auto-

rização por escrito dos pais ou responsáveis. A inclusão vale para registros de graduação, extensão e pós-graduação em todos os campi no Estado.

A estudante de Pedagogia Maria Clara Araújo, 18 anos, foi a primeira a pedir à instituição a autorização para usar seu nome social nas listas de chamada e outros documentos.

"Não tenho dúvida de que a portaria é uma grande vitória para nós. Entretanto, observo que esta resolução não foi criada por pessoas que entendam da temática. O documento não especifica quais os registros em que o nome social serão incluídos. Além disso, outro erro é não dar autonomia as estudantes menores de 18 anos, que por muitas vezes não têm bom diálogo com os seus pais e responsáveis, assim, dificultando assim a autorização para a inclusão de seu nome social", pontuou Maria Clara.



Foto: Arquivo pessoal/Maria Clara Araújo

A estudante Maria Clara usa seu nome social na UFPE



Ferramenta de cidadania

Transparência. Esta é a palavra-chave que move o Portal do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), apontado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como um dos melhores do País. E os avanços não param. A novidade agora é que qualquer cidadão poderá consultar a tramitação dos procedimentos extrajudiciais que foram iniciados no MPPE.

Com essa medida, o Ministério Público pernambucano disponibiliza mais uma ferramenta de transparência para o cidadão. A iniciativa está alinhada com a Resolução nº 89 do CNMP, que regulamenta no âmbito do Ministério Público brasileiro a aplicação da Lei nº 12.527/2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação.

A consulta pode ser feita no Portal do MPPE, menu Cidadão >> Consulta de procedimentos. Para a pesquisa, o cidadão deve ter em posse nome da pessoa interessada ou número de origem, se, por acaso, o documento veio de outra instituição e passou pelo Ministério Público; ou, ainda, número do auto, que é o número de registro do próprio MPPE. Apenas com um desses itens, o cidadão poderá obter resultado de pesquisa ao banco de dados do MPPE sobre procedimentos extrajudiciais, no âmbito da Instituição.

A alimentação desses procedimentos no banco de dados é feita a partir de um sistema interno do MPPE, o Arquimedes, respeitando os dados sigilosos. “A equipe da Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação do MPPE fez um programa de consulta à base de dados do sistema Arquimedes, disponibilizando as informações de procedimentos extrajudiciais para o cida-

dão, sem exigir senha ou login”, explicou o gerente do Departamento Ministerial de Sistema de Informação, Alberto Spinelli. Esse programa não altera o procedimento de alimentação de informação no sistema Arquimedes pelos membros e servidores do MPPE.

A Resolução nº 89, do CNMP, estabelece que o Ministério Público deve assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação, além da proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade, bem como a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

O documento do CNMP também tem por objetivo instituir regras e procedimentos uniformes nos diversos ramos do Ministério Público da União e nos Ministérios Públicos estaduais para a fiel execução da Lei da Acesso à Informação, que é de vital importância para a concretização do direito constitucional de acesso à informação, pelo qual deve zelar o Ministério Público, no cumprimento de seu dever em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Alimentação dos procedimentos no banco de dados é feita a partir do Arquimedes, respeitando dados sigilosos do sistema.



Foto: Vanessa Falcão

Alberto Spinelli: Programa não altera procedimento de alimentação de informações no Arquimedes



Foto: Cátia Fonseca

Helena Capela: Estrutura e funcionamento dos SAEs serão fiscalizados pelo MPPE

Uma questão a ser resolvida

A falta do metacrilato, importante medicamento para o tratamento da lipodistrofia (síndrome da redistribuição de gordura), e possíveis ocorrências de irregularidades na assistência às pessoas que vivem com HIV/AIDS. Esses foram temas de audiência pública realizada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) no dia 17 de abril.

Ao final da reunião, ficou deliberado que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) vai adquirir o metacrilato e distribuí-lo às unidades de saúde, enquanto não houver o reajuste do valor da substância na tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Ocorre que o valor constante dessa tabela está ultrapassado, o que impossibilita a compra da referida substância pelas unidades, uma vez que o valor repassado não cobre o real custo do material. Até ser ajustada essa tabela, o Estado de Pernambuco vai fazer a compensação para não

haver a falta do medicamento. A SES também vai informar à Promotoria de Justiça de Saúde da Capital sobre a distribuição dele.

A Secretaria também ficou responsável de realizar, no prazo de 30 dias, curso de capacitação com os farmacêuticos da Superintendência Administrativa Farmacêutica (SAF), a fim de evitar os problemas relacionados à gestão de estoque, particularmente no que concerne à distribuição de antirretrovirais. Também deve, no mesmo prazo, promover reunião com a SAF e os

sete diretores dos Serviços de Assistência Especializadas (SAEs), para coibir a eventual falha dos farmacêuticos de não registrar a baixa dos medicamentos no estoque, adotando as providências cabíveis para punição do agente responsável, no que couber.

O Hospital Correia Picanço atende aos casos de maior complexidade, enquanto os casos de menor complexidade são encaminhados para um dos 21 SAEs municipais em funcionamento no Estado. Oito SAEs municipais estão em implantação e sete



Hospital Correia Picanço dá melhor atendimento aos casos de maior complexidade

estaduais, de acordo com a SES/PE. Os representantes da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids (RNP) e da Gestos informaram que os usuários buscam ser atendidos no Correia Picanço por ser o melhor na qualidade do atendimento, diante da ausência de estrutura da maioria dos SAEs municipais. O SAEs de Camaragibe atende apenas duas vezes por semana. Já os SAEs de Jaboatão e Paulista têm graves deficiências estruturais, enquanto o de São Lourenço não está atendendo. Para a SES/PE, isso causa um inchaço no Correia Picanço.

Quanto à questão da contratação de mais médicos e suprir os ambulatórios, a SES/PE informou que há dificuldade de re-manter os médicos de plantão para outros setores devido ao alto índice de rotatividade dos profissionais na saúde, uma vez que muitos pedem exoneração em poucos meses. O Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip) e o Hospital Oswaldo Cruz se comprometeram a informar ao MPPE, no prazo de 20 dias, a lista de espera de pacientes aguardando os procedimentos cirúrgicos na unidade e a capa-

cidade de produção dos referidos serviços.

Ficou deliberado também que a SAF enviará ao MPPE, no prazo de vinte dias, uma lista dos medicamentos antirretrovirais que se encontram em desabastecimento em virtude de atrasos ou entregas fracionadas pelo Ministério da Saúde. Essa demanda foi colocada como uma das principais causas da dificuldade de distribuição do medicamento para as unidades de saúde.

Por fim, a promotora de Justiça de Defesa da Saúde da Capital, Helena Capela, encaminhou a ata da audiência ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (Caop Saúde) com a finalidade de acionar as Promotorias de Justiça do Estado para que fiscalizem a estrutura e funcionamento dos SAEs municipais.

Lipodistrofia é uma alteração na massa corpórea em pessoas soropositivas que estão passando pela Terapia Antirretroviral Altamente Ativa, a terapia de combinação ou coquetel. Pode ocorrer aumento de gordura na região do abdômen, entre os ombros, em volta do pescoço ou no tórax (especial-

mente em mulheres) ou perda de gordura da pele, mais aparente nos braços, pernas, nádegas e rosto, resultando em enfraquecimento da face, atrofiamento das nádegas e veias aparentes nas pernas e braços. Somente este tipo específico de perda de gordura está diretamente relacionado ao HIV.

Para o preenchimento das áreas atrofiadas, como face e glúteo, no Brasil, os procedimentos mais utilizados são o preenchimento facial com polimetilmetacrilato (PMMA) e implante de prótese glútea com lipoenxertia e/ou polimetilmetacrilato.

Audiência prestigiada

A audiência pública realizada pelo MPPE contou com a participação de representantes da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, do Imip e dos hospitais Correia Picanço e Oswaldo Cruz, além de representantes regionais das ONGs RNP e Gestos.



Foto: Thiago Aquino

Hospital Regional do Agreste: Faltam aparelhos de Raios-X e de tomografia

De novo na polêmica

Inaugurado em 1997, o Hospital Regional do Agreste (HRA), em Caruaru, passa por uma série de dificuldades. Mesmo sendo um hospital de traumas, não contava com aparelhos de tomografia e de raios-X, forçando pacientes a se deslocar até clínicas particulares para realização de exames.

Tanto descaso com a saúde pública, levou o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) a buscar uma solução para o problema. A saída foi mover uma Ação Civil Pública (ACP) contra a Secretaria Estadual de Saúde (SES) e a direção do HRA. Com isso, o MPPE obteve decisão liminar expedida pelo juiz José Fernando Santos de Souza, determinando a adoção das providências necessárias para implantação de um Centro de Imagens naquela unidade hospitalar.

Além disso, devem ser adotadas no mesmo hospital medidas para instalação dos equipamentos, materiais e servidores (técnicos, operadores e auxiliares), segundo as normas de regência, de modo a atender eficientemente a demanda do HRA. A administração pública estadual deve cumprir a ordem judicial em até seis meses.

Representado pelo promotor de Justiça Paulo Augusto de Freitas Oliveira, o MPPE ingressou com a ACP após constatar que, apesar de o hospital ser um estabelecimento de emergência e referência em trauma de média e alta complexidades, aquela unidade de saúde não possui um centro de imagens adequado à sua grande demanda. É que o hospital atende às microrregiões de Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Afogados da Ingazeira e Serra Talhada, num total de

87 municípios e mais de 1,7 milhão de habitantes.

Ainda de acordo com os argumentos do MPPE, desde sua inauguração, há 18 anos, o HRA sofreu várias reformas na sua estrutura física. No entanto, essas reformas não foram suficientes. Sem contar com aparelhos de tomografia e de Raios-X, os pacientes que precisam desses exames dependem da conveniência dos estabelecimentos particulares e de haver médicos disponíveis para acompanhar os enfermos, especialmente os de emergência e UTI, na ambulância. Além disso, há precariedade e insuficiência nos exames de raios-X, posto que os aparelhos são antigos, estão sucateados e localizam-se em ambientes inseguros para os operadores e usuários do serviço.

Unidade de saúde não possui centro de imagens adequado à sua grande demanda



Foto: Cátia Fonseca

Paulo Augusto cobra providências da Secretaria de Saúde do Estado

Foto: Cátia Fonseca



Luciana Dantas: Idosos têm direito a desconto de 50% nas viagens do Trem do Forró

Trem do Forró nos trilhos

Uma ação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) assegurou mais uma vitória do Estatuto do Idoso. Quem tiver acima de 60 anos e quiser arrastar o pé nos vagões do Trem do Forró só vai pagar metade do valor do ingresso. Isso ficou acertado no Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela empresa Serrambi Viagens e Turismo Ltda., perante o MPPE.

Afinal, o desconto de 50% no valor de ingressos de atividades culturais para os maiores de 60 anos está previsto na Lei Federal nº 10.743/2003 (Estatuto do Idoso). Para que essa legislação fosse cumprida, fez-se necessário que a promotora de Justiça dos Direitos da Pessoa Idosa da Capital Luciana Dantas expedisse recomendação à empresa com o objetivo de garantir o direito ao desconto previsto no Estatuto do Idoso, bem como o acesso prioritário aos locais onde são realizados os referidos eventos.

No caso do Trem do Forró, isso significa que a empresa de viagens e turismo deveria garantir a meia entrada a esses clientes, sem qualquer limitação do número de ingressos disponibilizados. Ciente da recomendação, o representante da Serrambi, Anderson Pacheco, esclareceu, em audiência realizada na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Capital, que o pacote Trem do Forró constitui mais uma viagem do que propriamente um evento cultural ou de lazer e que os pacotes de viagens deste ano já estavam fechados.

Por esse motivo, ele solicitou uma adequação, com vistas a honrar os termos da recomendação que ainda possam ser cumpridos neste ano. Anderson Pacheco ressaltou, ainda, que sempre transportou idosos, sendo esse o maior público do Trem do Forró, e se comprometeu a cumprir as determinações legais. De acordo com o TAC, a empresa compromete-se também a propiciar neste ano uma viagem, a preço módico ou simbólico, de um grupo de 600 idosos no referido pacote turístico. Em caso de descumprimento do TAC, a Serrambi Viagens e Turismo estará sujeita ao pagamento de multa no valor de 90 mil reais, a ser revertida ao Fundo Municipal do Idoso do Recife.

A empresa compromete-se também a propiciar neste ano uma viagem, a preço módico ou simbólico, de um grupo de 600 idosos no referido pacote turístico

25 anos de tradição

Desde sua primeira viagem, em 1990, o Trem do Forró já conduziu mais de 207 mil animados passageiros numa viagem ao som de muito forró pé-de-serra. Nas primeiras viagens, o destino era Caruaru, a Capital do Forró. Anos depois, em decorrência das precárias condições da linha férrea, o destino passou a ser o Cabo de Santo Agostinho, num percurso de 42 Km, cumprido em 5 horas.



Fósseis achados no Sertão do Araripe cearense têm sido preservados. A ideia é fazer o mesmo em Pernambuco

Fósseis em risco

Localizada na divisa entre Pernambuco, Ceará e Piauí, a Chapada do Araripe é reconhecida desde o século XIX como importante sítio arqueológico, repleto de fósseis. Após a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, em 1907, aumentaram os esforços em torno da preservação do material fossilífero na região.

Texto: Vinicius Melo

Com o objetivo de estudar e cadastrar as áreas de interesse paleontológico na Chapada do Araripe, foi firmado um convênio entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM). Dentre as medidas tomadas, está a criação de museus e institutos para a educação da população local, visando conscientizá-la acerca da importância do patrimônio científico da região.

Enquanto no Ceará foram fundadas duas instituições - o Museu de Paleontologia, localizado em Santana do Cariri, e o Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (CPCA), situado no Crato, em Pernambuco os esforços ainda são bem tímidos. Quase inexpressivos.

Os municípios que constituem a porção pernambucana do Sertão do Araripe, especialmente Ouricuri, Trindade e Araripina, constituem o maior polo gesseiro do Brasil, responsável por cerca de 95% da extração

de gesso nacional. Tal atividade tem provocado a descoberta de muitos fósseis na região, durante as escavações. Para discutir novas estratégias relacionadas ao tratamento do material fossilífero e seu relacionamento com as empresas gesseiras, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizou audiência pública para discutir o tema em Araripina, dia 30 de março deste ano.

A reunião, conduzida pela promotora de Justiça Juliana Pazinato, tratou de discutir novas estratégias para otimizar a preservação dos fósseis na região, como a capacitação técnica em paleontologia, criação de museus e o envolvimento das empresas do polo gesseiro com relação ao tratamento e armazenamento adequado do material paleontológico. Também participaram da audiência o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente (Caop Meio Ambiente), promotor de Justiça André Felipe Menezes; a professora do Laboratório de Paleonto-

Os achados fossilíferos podem ser vistos como algo vantajoso para as empresas gesseiras do Araripe



Foto: Cátia Fonseca

André Felipe: MPPE pretende viabilizar criação de museus de fósseis



Foto: Ascom do MPF/PE

Maria Beatriz Ribeiro: MPF também está atento à preservação dos achados fossilíferos

logia da UFPE, Alcina Magnólia Barreto; o representante do DNPM, Artur de Andrade; e a procuradora da República, Maria Beatriz Ribeiro, representando o Ministério Público Federal (MPF).

Na ocasião, Alcina Barreto fez uma explanação sobre o tema e ressaltou as dificuldades e vantagens para preservação do acervo fossilífero. De um lado existe, além das dificuldades de conhecimento, o receio das gesserias em divulgar a localização dos fósseis, por medo de perder a licença de exploração. De outro, a possibilidade do fóssil ser visto como algo vantajoso para as empresas, pois a inovação tecnológica e a possibilidade de tornar-se exemplo mundial de ações na área agregam valor ao produto. Além disso, os fósseis podem ser retirados dos rejeitos e não encontram na camada de gipsita.

De acordo com André Felipe, o MPPE pretende viabilizar a criação de museus de fósseis no Araripe Pernambucano para proteção e valorização do patrimônio fossilífero, a partir da coleta dos fósseis nos resíduos da atividade das mineradoras de gipsita. “Durante a reunião, deliberou-se pela formação de Grupo de Trabalho multidisciplinar para desenhar os processos e

mapear os fluxos e rotinas necessários para uma atuação integrada de todos os atores envolvidos, públicos e privados”, resumiu.

Assim, o MPPE e o MPF ficaram de expedir Recomendação às empresas da região para que nenhum material fossilífero saia da cidade onde foi coletado, para evitar o tráfico de fósseis e assegurar seu adequado referenciamento. O promotor acredita que há certo temor por parte de algumas empresas de que a descoberta desses fósseis possa de algum modo prejudicar a sua atividade, pelo receio de embargo ou suspensão da licença de operação. “Mas esse sentimento está sendo minimizado pelo MPPE, ao mostrar que as mineradoras são facilitadoras desse trabalho, e não inimigas, pois é a escavação realizada pela empresa que viabiliza a coleta dos fósseis. O MPPE, então, está atento à necessidade de sensibilizar os empresários quanto a isto”, observou.

Ainda durante a reunião, Artur de Andrade alertou sobre a necessidade da retirada dos fósseis ser comunicada ao órgão e sugeriu a formalização de um TAC com as mineradoras e o envolvimento do Iphan. O promotor de Justiça admitiu a adoção dessa medida.

Patrimônio preservado

Parte considerável da história da vida no planeta está contida nos achados fossilíferos da Chapada do Araripe. O Museu de Paleontologia de Santana do Cariri é o espaço mais importante no mundo de salvaguarda de mais de 10 mil peças fósseis da era cretácea. São registros de cerca de 110 milhões de anos, que podem ser fonte de pesquisa para descobertas científicas.





Foto: George Gonzaga

Cada vez mais protegido

Blitz conjunta em supermercado do Recife: produtos imprestáveis apreendidos

Autoescolas, bancos, supermercados e empresas de telefonia móvel. O que esses quatro segmentos têm em comum? É que todos prestam serviços à sociedade e são alvos da ação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Os resultados dessa atuação ministerial foram positivos para os consumidores.

Texto: Giselly Veras

Há pouco tempo, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (Caop-Consumidor), promotora de Justiça Liliane Rocha, e os promotores de Justiça Mavial Souza e Ricardo Coelho, conseguiram que as autoescolas do Recife fossem multadas por formação de cartel, os bancos se comprometessem em melhorar o atendimento ao público, os supermercados corrigissem irregularidades no armazenamento de alimentos e que fossem suspensas cláusulas abusivas em contratos da empresa de telefonia TIM Celular.

Representação encaminhada pelo Procon-PE ao MPPE resultou em uma denúncia da Instituição ministerial ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, contra a prática de preços tabelados pelas autoescolas do Recife. Em julgamento, o Cade decidiu, por unanimidade, condenar o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Pernambuco e o presidente do órgão, Luiz de Oliveira Lima Filho, pela prática de infração à ordem econômica, determinan-

do que o órgão classista e seu dirigente se abstenham de elaborar, divulgar e fiscalizar o uso de tabela de preços e de dificultar ou impedir a negociação direta e individual de serviços de autoescola.

Afinal, essa infração está prevista no artigo 36, incisos I e IV e parágrafo 3º, inciso II da Lei 12.529/2011. Além disso, o Cade aplicou pena pecuniária, sendo o sindicato condenado a pagar multa no valor de R\$ 319.230,00; e o presidente do sindicato, no valor de R\$ 31.923,00.

Já com relação aos estabelecimentos bancários, a recomendação do MPPE é que essas instituições acompanhem o crescimento populacional e da demanda pelos seus serviços, fazendo com que o cliente conte com um atendimento rápido e de qualidade. A atuação ministerial neste sentido ocorre há mais de um ano e no último mês de março, o MPPE voltou a reunir em audiência pública representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Caixa Econômica, Banco do Brasil, Bradesco, Citibank, HSBC, Itaú, Banco do Nordeste

e Santander em busca de soluções para o problema.

Durante o encontro, que contou com a participação de representantes de Procons municipais e do Procon de Pernambuco, um dos temas mais debatidos foi o tempo de espera para atendimento. Em muitas agências, ainda é comum que os consumidores aguardem além dos 15 minutos previstos por lei. Para Liliane Fonseca, a reunião foi positiva, sendo agendada nova audiência para 12 de junho. “Essa reunião deve servir para o consumidor ser beneficiado com a redução do tempo de permanência nas filas dos bancos aqui em Pernambuco”, adiantou a promotora.

Uma grande ação de fiscalização em mercadinhos e supermercados foi encabeçada pelo Ministério Público de Pernambuco, ano passado, resultando na interdição temporária dos serviços de boa parte dos supermercados e mercadinhos da Capital. As fiscalizações realizadas em conjunto com o Procon, a Vigilância Sanitária (Visa) e a Delegacia do Consumidor, identifica-



Clientes da TIM Celular não podem ter conexão de dados interrompida, após consumo da franquia mensal

ram uma lista interminável de irregularidades no armazenamento, congelamento ou resfriamento dos alimentos, além da venda de alimentos fora do prazo de validade ou impróprios para consumo, vestígios da presença de insetos e ratos, bem como falta de higiene.

Essas fiscalizações resultaram na assinatura de uma série de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), nos quais, entre outras cláusulas, os proprietários dos estabelecimentos comerciais se comprometeram a obter o registro de entreposto para manipulação adequada de carne e derivados (açougue), perante a Visa e a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro).

Com relação às promoções de alimentos com prazo validade próximo do vencimento, os supermercados se comprometeram a informar de forma clara e ostensiva, nas prateleiras ou locais de exibição dos produtos, que eles devem ser consumidos no tempo restante da validade. No caso de prazo de validade vencido, é obrigação dos

estabelecimentos retirar e descartar quaisquer produtos alimentícios vencidos ou que estejam visivelmente impróprios para o consumo, com alterações de sabor, cor, odor ou consistência. Outra medida certa é com relação à conservação dos alimentos perecíveis, que devem ser congelados ou resfriados, com monitoramento frequente da temperatura, além de manter as condições de higiene e o controle periódico de pragas.

Outra conquista dos consumidores tem a marca digital do MPPE. Trata-se da decisão judicial obtida, por meio de liminar, contra a TIM Celular S/A, determinando a imediata suspensão das cláusulas inseridas em contratos de adesão firmados pela empresa antes de 27 de fevereiro de 2015, que prevejam a interrupção da conexão de dados após o consumo da franquia mensal de dados de usuários de serviços pós-pagos. O Juízo determinou também a manutenção da velocidade reduzida nos mesmos parâmetros dos vigentes até 27 de fevereiro de 2015, a todos os usuários de serviços pós-pagos contratados antes da referida data.

Em muitas agências bancárias ainda é comum que os clientes aguardem nas filas além dos 15 minutos previstos por lei



Foto: Cátia Fonseca

Representantes de bancos e promotores de Justiça buscam soluções para problemas de atendimento

De acordo com a argumentação da decisão, a nova normatização da Anatel, artigo 52 do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicação, não autoriza a fornecedora de telefonia a promover alterações nos serviços prestados aos consumidores sem anuência destes, sobretudo quando

impliquem modificações substanciais no preço e condições do negócio, aptas a ensejar o desequilíbrio contratual. Portanto, deve ser respeitada a forma de celebração contratual inicialmente firmada, ou seja, contrato escrito e firmado individualmente por cada consumidor contratante do serviço.

Código violado

De acordo com a ação civil pública, ingressada pela promotora de Justiça Liliane Rocha, a alteração unilateral do contrato pela TIM Celular violou os artigos 6º, inciso V; e 51, inciso X e XIII, do Código de Defesa do Consumidor, provocando onerosidade excessiva ao consumidor, bem como o desequilíbrio da relação jurídico-consumerista.



Foto: George Gonzaga

MPPE adere ao sistema

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (Caop Consumidor), aderiu ao sistema Consumidor Vencedor, site elaborado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (consumidorvencedor.mp.br).



O Portal funciona como banco de dados, com informações disponíveis à população a respeito dos direitos de quem compra, decisões judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), além de outros procedimentos, frutos da atuação dos Ministérios Públicos em diferentes estados da Federação. A adesão do MPPE foi formalizada dia 10 de abril, durante reunião realizada na sede das Promotorias de Justiça da Capital, na avenida Visconde Suassuna, nº99, Santo Amaro, Recife.

Do encontro participaram promotores de Justiça e representantes da Adecon, Juizados Especiais, Aduseps, Procons, Delegacia do Consumidor e Defensoria Pública, das 9h às 12h, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, na avenida Visconde Suassuna, nº99, Santo Amaro, Recife. O encontro, além do lançamento a adesão ao Portal Consumidor Vencedor, visa promover a aproximação dos órgãos e articular coletivamente ações conjuntas em áreas de atuação prioritárias.

No site será possível escolher o Estado e acessar as decisões referentes a ele, como também acessar as decisões e procedimentos de outras localidades do País. Esses dados serão inseridos de forma simplificada, para facilitar a compreensão da

população. “O sistema possibilita cientificar os consumidores sobre seus direitos e indenizações a que fazem jus, além de visar estimulá-los a noticiar o descumprimento pelos fornecedores das obrigações previstas em ações judiciais ou nos TAC’s firmados, propiciando a adoção de medidas efetivas pelo Ministério Público”, explica a coordenadora do Caop Consumidor, promotora de Justiça Liliane Fonseca.

O sistema ainda traz o resumo das decisões judiciais obtidas nas ações levadas à Justiça pelo MP, em benefício dos consumidores. É possível identificar as demandas por meio dos símbolos presente no portal. Por exemplo: medidas destacadas com o símbolo da sacola de dinheiro são casos em que há restituição de valores cobrados indevidamente ou indenização dos prejuízos sofridos em razão da atuação das empresas, para que a população possa verificar se há algum valor a receber.

O site ainda permitirá que sejam feitas denúncias sobre o descumprimento dos TAC’s e das decisões judiciais pelas empresas e acompanhar o andamento das denúncias. Além disso, estimula as pessoas a denunciarem abusos e a procurar a Ouvidoria do Ministério Público para denúncias.

A adesão do MPPE foi formalizada dia 10 de abril, durante reunião realizada na sede das Promotorias de Justiça da Capital, na avenida Visconde de Suassuna, nº 99, em Santo Amaro



Foto: Marcos César

**Procurador-geral
Carlos Guerra fala durante
encontro com prefeitos na
Amupe**

Agora é com as prefeituras

Em 2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) baixou a Resolução Normativa 414 que estabelecia a transferência do sistema de iluminação pública, registrado como Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) para os municípios de todo o País. Mas somente dia 22 de abril deste ano a municipalização foi feita em Pernambuco.

O processo foi difícil e demorado. As negociações se arrastaram por quase cinco anos sem perspectiva de entendimento entre a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), até que o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) entrou em cena como mediador, ao lado do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Agência de Regulação de Pernambuco (Arpe) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). A Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) também se fez presente nas negociações por meio das comissões de Justiça e de Negócios Municipais.

Daí em diante, bastaram vinte dias para que a luz do entendimento acendesse. Prefeitos e dirigentes da Celpe passaram a se entender e no dia 22 de abril firmaram o Termo de Acordo que estabelece as regras da operação de transferência de ativos de iluminação pública para as respectivas prefeituras. Vinte e três ao todo, além de ou-

tras quarenta que já haviam municipalizado os serviços.

Nas negociações em busca de uma luz no fim do túnel, o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (Caop-Meio Ambiente), promotor de Justiça André Felipe Menezes, teve papel importante. Foi ele quem redigiu o documento e conduziu as negociações entre Celpe e Amupe.

“Eis aqui o resultado de mais uma parceria bem sucedida entre o Ministério Público e outras instituições em favor da coletividade”, saudou o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, durante a solenidade de formalização do acordo, realizada na sede da Amupe, na Avenida Recife.

Nessa fase de transição, que se iniciou em 22 de abril e vai até 22 de junho, a Celpe se responsabilizará pela manutenção dos ativos da iluminação pública, inclusive os reparos de pontos, e manterá

em funcionamento seu *call center* para tirar dúvidas dos consumidores. O Termo de Acordo prevê, entre outros pontos, que durante a fase de transição, cada município fará um levantamento dos pontos de iluminação que precisam de reparos por parte da Celpe para que a empresa corrija essas falhas. Expirado esse prazo, ocorrerá a transferência de operação e manutenção dos ativos que não forem contestados pelos municípios, bem como a assinatura de um contrato definitivo.

Na avaliação de André Felipe, os municípios passam a ter, com a transferência, maior controle sobre as operações de iluminação pública e podem planejar melhor a ampliação e o alcance desses serviços em suas áreas. “O acordo preservará a funcionalidade da iluminação pública enquanto componente urbanístico e atenderá a todos os envolvidos, encerrando a controvérsia quanto à transferência dos ativos de iluminação pública, pois havia grande impasse

com relação ao estado de conservação das lâmpadas, defletores e reatores”, explicou o promotor de Justiça.

Atento à questão, o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra, disse que a transferência será efetivada em um primeiro momento de forma parcial, com relação aos pontos de iluminação não contestados pelos municípios. “Somente ao final do período de transição é que será operada a transferência definitiva, sem prejuízo às partes”, disse Carlos Guerra, lembrando que o maior beneficiado com isso é o cidadão, que vai saber efetivamente de quem é a responsabilidade e a quem recorrer em caso de falha na prestação desse serviço público, com reatamento na proteção do meio ambiente urbano.

De acordo com o presidente da Amupe e prefeito de Afogados da Ingazeira, José Patriota, que presidiu o encontro, as prefeituras podem montar equipe própria, terceirizar os serviços ou atuar em forma de

consórcio ao assumir a responsabilidade pela iluminação pública. Já o presidente da Celpe, Luiz Antonio Ciarline, frisou que “os resultados dessa reunião representam para todos nós uma vitória importante”.

Por sua vez, o superintendente comercial da Celpe, Paulo Medeiros, explicou que “nós precisávamos efetivar essa transferência para os municípios, por orientação expressa da Aneel, e assim o fizemos, no intuito de evitar que a prestação de serviços à população fosse descontinuada, ou seja, a grande vencedora nesse processo foi a população”.

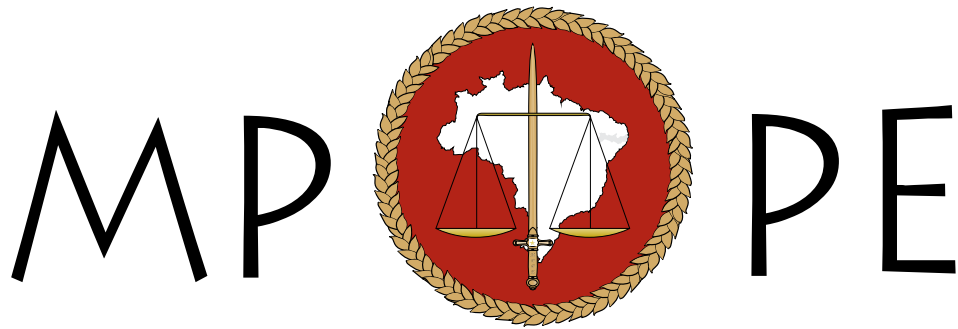
“Eis aqui o resultado de mais uma parceria bem sucedida entre o Ministério Público e outras instituições em favor da coletividade”



Câmara muda decisão da Aneel

Na contramão das mudanças, a Câmara dos Deputados aprovou dia 28 de abril projeto de decreto legislativo suspendendo o artigo 13 da resolução da normativa nº 479/2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que transferia para as prefeituras a responsabilidade pela iluminação pública – incluindo implantação, expansão, operação e manutenção.

Com a decisão, a administração da iluminação pública segue como atribuição das distribuidoras de energia. O projeto segue agora para o Senado, onde pode sofrer alterações. Segundo a Aneel, 646 municípios no país ainda não tinham assumido a gestão dos ativos de iluminação pública locais, ou 10,6% dos 5.564 municípios brasileiros.



Ministério Público de Pernambuco

DE TODOS E PARA TODOS

A conquista da padronização

A marca é a identidade de uma instituição. É o que a faz única e diferente das demais. Por ser tão importante, a marca precisa ser bem cuidada. Seus traços, cores e formas devem ser reproduzidos com fidelidade, garantindo assim que a identidade visual da instituição seja preservada e utilizada de maneira uniforme, transmitindo um único conceito gráfico em todos os pontos de contato com seu público.

Preocupada com o uso padronizado da marca do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Assessoria Ministerial de Comunicação Social elaborou o Manual de Uso da Marca. Disponível na intranet, o manual deve servir como referência para que fornecedores, parceiros e até mesmo membros e servidores do MPPE utilizem a marca adequadamente, prevendo suas várias formas de aplicação. De modo fácil e com exemplos, os erros quanto ao uso assim como ao modo correto de se usar são descritos no manual. O documento traz uma série de aplicações da marca e modelos, como papel timbrado, adesivo de veículo, envelope para CD etc.

Para acessar o manual e os modelos de aplicação, o interessado deve ir na intranet, no menu Arquivo >> Baixar. Ao entrar na área de pastas, clicar na da Assessoria de Comunicação Social, dentro dessa área, clicar em Material Institucional. A necessidade da criação do documento de referência tem por objetivos explicar a lógica constru-

tiva da marca (elementos que a compõem), estabelecer as variações formais da marca e a organização dos elementos que a compõem (exemplo, marca brasão e selo institucional).

No manual também estão estabelecidas as dimensões mínimas de reprodução para preservar a legibilidade; indicar as especificações técnicas das cores utilizadas nela, para garantir a fidelidade da cor em cada um dos diversos meios de reprodução gráfica, regulamentar a aplicação da marca em diferentes condições de impressão e fundos de cor, explicar aspectos particulares dela no contexto e complexidade onde esta vai funcionar e demonstrar algumas situações de aplicação que devem ser evitadas.

A normatização do uso da marca busca permitir uma maior segurança visual, traz as maneiras corretas do uso de forma simplificada, permite também uma maior agilidade na tarefa de efetuar mudanças, como escala cromática ou alteração de fundos,

bem como a economia de tempo e dinheiro ao evitar erros na impressão quanto na aplicação do logo, devido ao detalhamento de formatações, cores, fundos, entre outros.

Disponível na Intranet, o manual deve servir de referência para que fornecedores, parceiros e até mesmo membros e servidores do MPPE utilizem a marca adequadamente



Geovana Belfort: a oficina possibilitou maior articulação em quatro municípios do Sertão do Pajeú

Municípios seguros no Sertão

O Teatro José Fernandes de Andrade, em Carnaíba (Sertão do Pajeú), abriu suas portas não para um público interessado em espetáculos artísticos, mas sim atraído por uma discussão que preocupa toda a sociedade: a violência contra as mulheres.

O Teatro José Fernandes de Andrade, em Carnaíba (Sertão do Pajeú), abriu suas portas não para um público interessado em espetáculos artísticos, mas sim atraído por uma discussão que preocupa toda a sociedade: a violência contra as mulheres. Desta vez, o teatro carnaibense serviu de palco para uma oficina de capacitação dos Grupos de Trabalho Intermunicipais de Segurança das Mulheres (GTIs). A iniciativa faz parte do projeto Municípios Seguros e Livres da Violência contra as Mulheres, que é executado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), com apoio financeiro da Delegação da União Europeia no Brasil. E o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), representado pelo Núcleo de Apoio à Mulher (NAM), se fez presente.

Segundo a coordenadora do NAM, promotora de Justiça Geovana Belfort, o encontro superou as expectativas. “A oficina contou com participação expressiva de representantes dos municípios beneficiados direta e indiretamente com o projeto, além de convidados, o que possibilitou, provisoriamente, a articulação de ações em quatro

municípios da região: Serra Talhada, Salgueiro, Carnaíba e Afogados da Ingazeira”, destacou.

Com a temática Ferramentas para a Construção de Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres, a oficina ministrada pela coordenação técnica do projeto contou com distribuição de material educativo, proposição de situações hipotéticas de violência de gênero e debate sobre possíveis soluções para os casos. A ideia foi proporcionar conhecimento mais aprofundado sobre a dinâmica da violência de gênero nos espaços públicos e privados, políticas de prevenção e combate à violência de gênero e mecanismos de incidência política.

Participaram do evento gestores e representantes dos municípios de Serra Talhada, Carnaíba, Tabira, Calumbí e Salgueiro (beneficiados diretos); Chã de Alegria, Paudalho e Lagoa do Carro (beneficiados indiretos); bem como representantes da Organização Não-Governamental Diaconia (unidade de Afogados da Ingazeira) e da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

Mulheres seguras

Desenvolvido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em parceria com a União Europeia, o projeto Mulheres Seguras busca estimular a articulação de prefeituras para prevenção e combate à violência contra as mulheres. Segundo o diretor-executivo da CNM, Gustavo Cezário, dos 5.578 Municípios brasileiros apenas 10% são geridos por mulheres. “Essa é uma realidade que nós estamos trabalhando para mudar”, afirmou. As ações da ONU são pautadas em três eixos: política, autonomia econômica e violência contra as mulheres.



Foto: Cátia Fonseca

Carlos Guerra discursa na abertura do evento no Metrô: Violência contra a mulher precisa ser combatida

Comemoração no Metrô

Para marcar o encerramento das comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Núcleo de Apoio à Mulher (NAM), realizou dia 31 de março, na Estação Central do Metrô, no Recife, uma programação especial dirigida à população.

Na abertura do evento, o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, agradeceu a presença dos representantes dos órgãos que fazem a rede de proteção à mulher e destacou o trabalho do MPPE no combate à violência doméstica e familiar. "Hoje estamos comemorando o mês da mulher, mas sabemos que todos os dias são dias de combate à violência doméstica. O trabalho do MPPE nessa área tem promovido importante mudança social. O projeto do NAM nas escolas vem despertar os jovens sobre o problema e promover uma cultura para que essas pessoas entendam, desde cedo, que esse tipo de violência tem que ser combatida", destacou.

Na ocasião, a coordenadora do NAM, promotora de Justiça Geovana Belfort, destacou que o evento, embora festivo, remeta à reflexão sobre o problema da violência doméstica e familiar. "É o crime de maior incidência do País, embora seja subnotificado. A Lei Maria da Penha vem para prevenir o que acontece no interior dos lares,

que afeta não só a vítima, como também os filhos, causando não só danos físicos, mas psicológicos, feridas na alma", disse. A coordenadora do NAM também elogiou a iniciativa da ação ser feita no metrô, onde o fluxo diário chega a 100 mil usuários. "A ideia é informar e orientar a população sobre a lei", afirmou.

Para ser ter ideia, o Mapa da Violência 2012 (Caderno Complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil), realizado pelo Instituto Sangari, contabilizou a informação registrada na Declaração de Óbito, que é o local do incidente que originou as lesões que levaram à morte da vítima. Entre os homens, só 14,7% dos incidentes aconteceram na residência ou habitação. Já entre as mulheres, essa proporção eleva-se para 40%.

Para a secretária da Mulher do Recife, Elizabeth Godinho, o esforço conjunto dos órgãos públicos a respeito desse tipo de violência é fazer com que ganhe mais visi-

bilidade. "Queremos fazer com que a causa não seja um problema exclusivo da mulher, mas uma luta de todos", convocou, destacando que a violência contra a mulher é ainda mais injusta por colocá-la num papel de vítima permanente, pelo seu gênero.

De acordo com a ex-assessora de Planejamento do NAM e atual secretária-executiva da Procuradoria Geral de Justiça, Nadi Chaves, o evento não era somente o encerramento do Mês da Mulher, mas uma oportunidade de chamar a população para uma reflexão mais profunda sobre o tema. "A violência doméstica é um problema de saúde pública, por isso, é necessário o fortalecimento da rede para que a população possa ser capacitada e tenha conhecimento sobre os seus direitos", disse.

Por sua vez, a juíza Mariluzia Pereira Feitosa destacou a atuação do Poder Judiciário e a parceria com o MPPE. "O papel do Judiciário é prevenir e coibir essa prática por meio da aplicação das medidas proteti-



Atores interagem com passageiros do metrô para difundir a Lei Maria da Penha

vas de urgência, que obrigam o agressor a manter-se afastado da mulher, da casa ou do local de trabalho”, explicou.

No local do evento ainda foi montado um estande de atendimento do NAM, onde mulheres interessadas puderam tirar dúvidas sobre seus direitos e sobre a Lei Maria da Penha. Atores do espetáculo teatral “Rosa gente, Rosa flor” também interagiram com o público e a Banda da Polícia Militar ficou responsável por executar sucessos da música popular. Material informativo sobre a temática foi distribuído aos passageiros que circularam pelo saguão do Metrorec.

O evento contou ainda com a presença da defensora Pública Virgínia Mourim; a juíza Mariluzia Pereira Feitosa; a delegada Marta Rosana Alves; o superintendente do Metrorec, Bartolomeu de Assis; e a representante da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado, Jane Alves.

Entre os homens, só 14,7% dos incidentes aconteceram na residência ou habitação. Já entre as mulheres, essa proporção eleva-se para 40%.

A missão do Núcleo

Núcleo de Apoio à Mulher Promotora de Justiça Maria Aparecida da Silva Clemente (NAM) foi implantado a partir de um convênio firmado entre o Ministério Público de Pernambuco e o Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), para criação e estruturação de núcleos que apoiem o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.





Foto: Thiago Aquino

**Feira da Sulanca:
Transferência divide
opiniões dos sulanqueiros.
A maioria é contra**

Transferência em debate

Juntar desenvolvimento, tradição, urbanismo e cultura. Esses são os principais desafios a serem enfrentados durante a transferência da Feira da Sulanca em Caruaru. Para isso, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) convocou audiência de instrução, realizada no dia 30 de abril, para ouvir, principalmente, os sulanqueiros.

Juntar desenvolvimento, tradição, urbanismo e cultura. Esses são os principais desafios a serem enfrentados durante a transferência da Feira da Sulanca em Caruaru. Para isso, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) convocou audiência de instrução, realizada no dia 30 de abril, para ouvir, principalmente, os sulanqueiros.

Ao longo da audiência realizada no Fórum de Caruaru, os promotores de Justiça Bianca Stella Barroso, Marcus Tieppo e Gilka Miranda, além do coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público (Caop Patrimônio Público), Maviael Souza, ouviram dúvidas e queixas dos sulanqueiros. O projeto de urbanização e organização da Feira de Caruaru prevê a retirada da Feira da Sulanca do Parque 18 de Maio e a organização das outras que compõem o complexo do comércio popular no centro de Caruaru.

A ideia é transferir a Feira da Sulanca para um lugar com mais estrutura, estacionamento amplo e espaço adequado para os sulanqueiros, comerciantes e consumidores. No entanto, nem todos estão felizes com essa solução. A categoria está dividida: parte apoia a mudança de local e outra é contra. Mas todos concordam que os valores cobrados para aquisição dos boxes não condizem com a realidade daqueles que possuem um banco na feira.

Na audiência, os promotores de Justiça esclareceram a questão do meio ambiente. Gilka Miranda frisou que o papel do MPPE é verificar se as demandas legais estão sendo cumpridas pela Prefeitura e destacou a parte natural, com a compensação de área desmatada, para construção do empreendimento. "A Feira da Sulanca é uma parte da Feira de Caruaru, que é um conjunto de 16 feiras. A transferência da Sulanca seria mais viável, pois permitiria a revitalização das

A categoria está dividida: parte apoia a mudança de local e outra é contra. Mas todos criticam o preço cobrado pelos boxes



**Promotores de Justiça
abrem debate com
sulanqueiros no
Forum de Caruaru**

outras feiras. Com a Sulanca onde está fica difícil um ordenamento, pois é um labirinto, com alto risco de incêndio, criminalidade e falta de estacionamento, dificultando, entre outras coisas, o trânsito na cidade. A própria Feira da Sulanca está prejudicada”, explicou Gilka Miranda.

Por sua vez, a representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Graça Vilas, explicou que desde 1992 a Feira de Caruaru funciona no Parque 18 de Maio e que foram elaborados um inventário e um dossiê dessas feiras. “O próprio Iphan fez uma série de recomendações para reordenar a Feira de Caruaru e mesmo com a transferência serão mantidas as tradições. Não há estrutura para se expandir e a transferência também não pode ser feita de qualquer jeito”, avisou.

Na oportunidade, Bianca Stela, Marcus Tieppo e Maviael Souza explicaram que es-

tão cuidando da parte do Patrimônio Público e verificando se a aquisição do terreno ocorreu de forma legal, assim como a construção do empreendimento orçado em R\$ 528 milhões. De acordo com estudo feito pelo MPPE, o valor de aquisição do terreno onde será construído o centro comercial condiz com o valor de mercado.

A maioria dos presentes à audiência se queixou do alto valor para aquisição dos boxes. Segundo os sulanqueiros, cada boxe no centro comercial da sulanca custaria R\$ 27 mil. Para o presidente da Associação dos Sulanqueiros, Pedro Moura, a interferência do MPPE é positiva e agradeceu a atuação e a disponibilidade dos promotores de Justiça em receber a população. “Ninguém está satisfeito com o preço cobrado. Por isso, vamos lutar para baixar esse valor”, defendeu.

Para a feirante Aparecida Assunção a transferência da feira é discutida desde

2009, no entanto, o processo não está sendo feito de forma transparente. “Não existe solução para que a feira continue ali onde está? Estão querendo privatizar a feira e isso vai causar um abalo econômico e social, vão descaracterizar a economia e a tradição da feira. Cada empresário que vem para Caruaru recebe incentivo, terreno doado e nós sulanqueiros somos obrigados a comprar os boxes, pagar R\$ 27 mil por cada um, quando há pessoas que trabalham há mais de 20 anos na feira e têm três ou quatro bancos, e aí, como fica?”, alegou a comerciante.

Ao final da audiência, a feirante Vilma de Freitas, que exerce a função há 25 anos e possui quatro bancos na feira disse estar mais tranquila. “Agora com essa reunião eu me senti mais segura. Pelo menos a parte da Justiça, com o Ministério Público à frente, acho que vai haver mais empenho do poder público para nos ajudar”, declarou. O debate vai continuar.

Pacto Federativo em discussão

A discussão sobre o Pacto Federativo volta à pauta dos prefeitos na XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que acontece de 25 a 28 de maio. Em reunião no dia 22 de abril, na Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), o tema foi discutido pelos gestores.

Texto: Maria Brassan/Ascom Amupe

De acordo com o presidente da Amupe e prefeito de Afogados da Ingazeira, José Patriota, o país não pode se desenvolver sem fortalecer as prefeituras. “A crise brasileira está instalada nos municípios. O prefeito é a autoridade pública mais cobrada deste país. Nenhuma política pública tem sucesso nesse país sem a participação e colaboração efetiva das prefeituras. Só um novo pacto federativo pode nos apontar caminhos mais igualitários na partilha da arrecadação entre União, Estados e Municípios,” afirmou Patriota.

Para os prefeitos, o momento é oportuno para a discussão, pois a crise afeta principalmente os municípios e o momento é de buscar soluções. “Precisamos abrir o diálogo com o Congresso, pois é lá que estão os temas que podem ajudar ou piorar a situação dos municípios”, afirmou Patriota. A Marcha a Brasília é organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) com apoio das entidades municipalistas dos estados. Este ano, os prefeitos articulam uma reunião com os parlamentares fora

das dependências do Congresso, numa tentativa de sensibilizá-los para a questão.

O presidente da Amupe explica que as prefeituras têm mais atribuições que recursos, o que torna a administração municipal cada vez mais difícil, esbarrando, muitas vezes, na Lei de Responsabilidade Fiscal. “Mais do que nunca chegou o momento de discutirmos as atribuições e o financiamento. De cada R\$ 100 arrecadados pela União, R\$ 16 vão para as prefeituras, mas 80% dos problemas é a prefeitura que tem que resolver”, afirmou Patriota.

Os prefeitos reclamam especialmente do subfinanciamento dos programas federais. “As Prefeituras não aguentam mais ter que arcar com as responsabilidades de execução e financiamento de projetos e programas aprovados em Brasília sem as devidas contrapartidas financeiras que as viabilize”, argumentou José Patriota. Os prefeitos esperam obter apoio também dos governadores. O governador Paulo Câmara já confirmou presença no encontro.

Foto: Alex Brassan



José Patriota: Precisamos abrir diálogo com o Congresso

Para os prefeitos, o momento é oportuno para a discussão, pois a crise afeta principalmente os municípios e o momento é de buscar soluções



Érik Lessa entrega inquérito aos promotores Ana Clézia e Edeilson Lins Júnior na sede da Polícia Civil

Inquérito concluído

Os promotores de Justiça Ana Clézia Nunes e Edeilson Lins Júnior receberam das mãos do delegado da Polícia Civil Erik Lessa o inquérito da Operação Tutela, sobre a chacina ocorrida na zona rural do município de Poção (Agreste Central), quando três conselheiros tutelares e uma dona de casa foram mortos a tiros durante emboscada no Sítio Cafundó.

Os autos do procedimento, que contam com nove volumes e quase 2 mil páginas, com 57 depoimentos, 450 medidas cautelares e 7 indiciamentos, foram entregues ao Ministério Público de Pernambuco dia 20 de abril, na sede da Polícia Civil. Os promotores de Justiça Ana Clézia, Edeilson Júnior, Oscar Ricardo Nóbrega e Jeanne Bezerra Oliveira acompanharam de perto todo o trabalho de investigação policial, desde a ocorrência dos quatro homicídios consumados e um tentado no dia 6 de fevereiro, em Poção.

Na chacina foram mortos os conselheiros tutelares Carmem Lúcia da Silva, de 38 anos; José Daniel Farias Monteiro, 31; e Lindenberg Nóbrega de Vasconcelos, 54; e uma dona de casa (Ana Rita Venâncio, 62), avó de uma menina de 2 anos que escapou ileso dos disparos de arma de fogo.

Durante entrevista coletiva, foram apresentados detalhes do crime que chocou o País, e que teve como mandante e principal articuladora a oficiala de Justiça Bernadete de Lourdes Rocha, que é avó paterna da criança, cuja guarda e regime de visitas foi alvo de disputa familiar. De acordo com o inquérito policial, Bernadete contou com a intermediação e articulação do advogado José Vicente Cardoso que levou a oficiala

ao encontro do presidiário Leandro José da Silva, que cumpre pena por prática de homicídio na Penitenciária de Arcoverde.

De acordo com o inquérito policial, foi Leandro quem fez a ligação entre Bernadete e os executores da chacina - Égon Nunes, Wellington Silvestre, Orivaldo Godê (pai de Égon) e Ednaldo Afonso. Dos acusados pelo crime, o único que se encontra foragido é Wellington. O advogado acompanhou todo o planejamento da trama criminoso, inclusive participando de encontro entre Bernadete e Egon, em Arcoverde, quando teria sido acertado o valor de R\$ 45 mil pela morte da avó materna da criança, Ana Rita Venâncio; do avô materno, João Batista; e de uma tia da criança, Juciclênia, pessoas que costumavam buscar a criança em Arcoverde para as visitas quinzenais.

Inquérito reúne 9 volumes, 2 mil páginas, 57 depoimentos, 450 medidas cautelares e 7 indiciamentos



Ana Clézia: MPPE acompanhou investigações



Erik Lessa: Agradecimentos à ajuda do MPPE

Fotos: Giselly Veras



Foto @jhpaparazzo

Carlos Guerra discursa na inauguração, ao lado do defensor público geral Manoel Jerônimo

Nova sede em São Lourenço

Desde o início de abril, a população de São Lourenço da Mata conta com moderna sede de atendimento da Defensoria Pública de Pernambuco. Localizada na Rua Tito Pereira, 368, Centro, em frente ao Fórum daquela jurisdição, a nova unidade passa a oferecer aos assistidos da Instituição condições mais dignas no atendimento.

Texto Fátima Freire/Ascom-DPPE

“Estamos buscando, através da nossa gestão, fazer com que o Defensor Público tenha cada vez mais amor à sua vocação e sinta-se motivado a trabalhar em prol da sociedade, atuando em um ambiente digno”, disse o defensor público geral, Manoel Jerônimo, ao discursar na solenidade de inauguração.

Por sua vez, o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra, procurou parabenizar a Defensoria Pública pela iniciativa. “Esta Instituição tem conseguido se estruturar, em pouco espaço de tempo, mesmo diante das dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo Estado.

A Defensoria Pública continua avançando a cada dia e registrando novas conquistas na gestão do defensor público geral, Manoel Jerônimo, que tem desenvolvido excelente trabalho em defesa da sociedade. E quem ganha com isso é a população assistida”, frisou, acrescentando que o Ministério Público de Pernambuco se mantém

parceiro da Defensoria.

Para o chefe do Núcleo de São Lourenço da Mata, Wellington César da Silva, a instalação de uma nova estrutura significa o resgate da dignidade, tanto para os defensores públicos, que passam a ter melhores condições de prestar um serviço com mais qualidade, quanto para os assistidos, que ganham mais conforto no atendimento. “Não podemos falar em dignidade para ninguém sem dar aos nossos jurisdicionados o mesmo tratamento, com uma infraestrutura adequada para isso. Com esse novo ambiente, todos se sentem valorizados”, disse.

Ao se pronunciar na solenidade, a juíza da Comarca de São Lourenço da Mata, Aldeide Galindo, disse que, sem sombra de dúvida, a nova sede representa um grande feito para a Defensoria Pública, pois “nesse novo endereço a população vai encontrar um espaço amplo, agradável e muito mais acessível aos jurisdicionados”.

A inauguração da sede da Defensoria Pública reuniu autoridades dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, além do Ministério Público de Pernambuco.



Universidade de Sorbonne: Andrea Nunes (de amarelo) ao lado de escritores brasileiros, entre eles Sérgio Rodrigues (de bigode) e Edney Silvestre, no canto à direita

De Pernambuco para o mundo

Do primeiro livro – O Diamante Cor de Rosa – publicado aos 15 anos, até sua participação na Printemps Littéraire Brésilien, da Universidade de Sorbonne, em Paris, a escritora e promotora de Justiça Andrea Nunes teve sua produção literária coroada de êxito em tão pouco tempo. Ao lançar O Código Numerati, em 2010, a escritora viu o livro chegar rapidinho, na Amazon, ao primeiro lugar em vendas na categoria ação e aventura, desbancando best-sellers internacionais, por três dias seguidos, e se mantendo entre os primeiros lugares por muitas semanas, mesmo sem o marketing de uma editora por trás.

Quatro anos depois, Andrea Nunes lançaria A Corte Infiltrada, que conquistou menção honrosa da Academia Pernambucana de Letras, como melhor escritora nordestina de 2014 (Prêmio Dulce Chacon). Mais que isso, a publicação recebeu comentários elogiosos de três escritores vencedores do Prêmio Jabuti – Raimundo Carrero, Marco Túlio Costa e José Paulo Cavalcanti Filho. Na trilha de seu best seller, Andrea Nunes proferiu palestra na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), no Rio de Janeiro, e participou do Fórum de Letras de Ouro Preto.

Além disso, convidada pelo produtor Maurício Melo, falou sobre A Corte Infiltrada no programa de literatura da TV Senado. Também apresentou o livro com palestra

na Festa Literária de Marechal Deodoro (Fli-mar), em Alagoas, e na Fliporto, de Olinda. Daí, foi convidada pela Universidade de Sorbonne, em Paris, para falar sobre a nova literatura policial brasileira, durante a Printemps Littéraire Brésilien (Primavera Literária Brasileira).

Neste evento, que privilegia novos talentos da literatura brasileira, Andrea Nunes se destacou entre outros escritores brasileiros ali presentes, a exemplo de Edney Silvestre e Sérgio Rodrigues, vencedor do Portugal Telecom de Literatura 2014. A receita de tanto sucesso está justamente na motivação que Andrea Nunes tem para escrever.

“Eu costumo dizer que nasci prestando atenção, querendo entender. Desde então, apreendo o mundo com avidez, coletando histórias, olhares, pessoas, ideias e cenários. Aí, através dos livros, descobri que as palavras eram um fio condutor para eu devolver ao mundo tudo isso que eu coletava dele e ficava elaborando. Desde então escrevo porque preciso, porque o turbilhão de pensamentos e emoções vai se encaixando nessas palavras, ganhando forma e sentido”, revela.

Autora já consagrada, Andrea Nunes diz que vem livro novo por aí. “Está quase pronto, nos ajustes finais. Posso dizer que segue o estilo que meus leitores aprovaram: romance policial ágil, enredo cheio de reviravoltas, com muitos elementos da cultura regional e provocações filosóficas. O resto é segredo...”, diz no mesmo clima de suspense que marca seus livros.

ravoltas, com muitos elementos da cultura regional e provocações filosóficas. O resto é segredo...”, diz no mesmo clima de suspense que marca seus livros.



O romance policial A Corte Infiltrada recebeu referências elogiosas da crítica literária nacional. Confira algumas delas: “Nenhum (romance policial) se compara em qualidade, trama ficcional e constituição narrativa ao livro de Andrea Nunes”. **Revista Terra Magazine** “A Corte Infiltrada é uma jogada de mestre da escritora Andrea Nunes”. **Escritor Marco Túlio Costa, vencedor do Prêmio Jabuti de 2004** “A Corte Infiltrada é um romance muito, muito bom”. **Escritor Raimundo Carrero, vencedor do Prêmio Jabuti de 2000 e do Machado de Assis, de 1995** “Andrea Nunes busca sempre a precisão humanamente possível, o que torna sua leitura imperdível”. **José Paulo Cavalcanti Filho, Prêmio Jabuti de 2012**



Foto: Thiago Aquino

■ Mérito Militar

O procurador de Justiça José Lopes de Oliveira Filho foi agraciado pelo comandante do Comando Militar do Nordeste, general Manoel Luiz Pafiadache (foto), com a outorga da Medalha do Mérito Militar, no Grau Oficial. A solenidade, conduzida pelo comandante da 7ª Região Militar, general Márcio Roland Heise, teve lugar naquela unidade do Exército, na Cidade Universitária, dia 17 de abril.



Foto: Giselly Veras

PGJ recebe medalha

O procurador-geral de Justiça, Carlos Augusto Guerra, recebeu, no dia 15 de maio, no Teatro Beberibe, no Centro de Convenções, a Medalha do Mérito Policial, em comemoração aos 198 anos da Polícia Civil de Pernambuco. A homenagem foi ofertada aos profissionais e autoridades com serviços prestados à população e à Polícia Civil. Durante a solenidade, houve apresentação da Orquestra Cidadã Meninos do Coque, da Banda da Polícia Militar e do Coral da Polícia Civil.

■ Convite a Fenelon

A convite do secretário nacional de Defesa e Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte, Rogério Hamam, o secretário-geral do MPPE, Aguinaldo Fenelon, passou a fazer parte da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos (Consegue). Fenelon é o único representante do Ministério Público brasileiro a integrar a comissão do Ministério do Esporte, em Brasília.

■ Designação de Yélena

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Rodrigo Janot, convidou a promotora de Justiça Yélena Monteiro para atuar, até 12 de agosto, do Grupo de trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (GT-9), sem prejuízo de suas funções. Yélena é a única promotora de Justiça do Nordeste a integrar o GT-9.



Foto: Marília Auto

■ TCE homenageia procuradora Janeide Oliveira de Lima

A procuradora de Justiça Janeide Oliveira de Lima recebeu das mãos do conselheiro Dirceu Rodolfo a Medalha do Mérito Nilo Coelho, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), durante solenidade realizada no dia 7 de maio, no plenário daquela Corte. O presidente do TCE, conselheiro Valdecir Pascoal esteve à frente do ato solene, que foi prestigiado pelo procurador-geral Carlos Guerra. A medalha leva o nome do fundador do TCE-PE, o então governador Nilo de Souza Coelho.

■ Debate sobre pedofilia

A convite da Livraria Jaqueira, o promotor de Justiça Edgar Braz Mendes participou de debate sobre Pedofilia, dentro do Projeto o Sujeito e a Lei, no dia 9 de maio. Do debate coordenado pela psicanalista Edineide Silva, também participou a psicóloga e coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Ceparvs), da Fafire, Fernanda Andrade.



NAF/MPPE

5 anos

Núcleo de Família e
Registro Civil da Capital
Alcides do Nascimento Lins



O Núcleo de Família e Registro Civil da Capital Alcides do Nascimento Lins (NAF) completa 5 anos de atuação. O Núcleo oferece subsídios para a atuação das Promotorias de Justiça Cível que oficiam perante as Varas de Família da Capital, por meio de apoio técnico interdisciplinar nas áreas de Ciências Contábeis, Direito, Psicologia e Serviço Social.

Atuação:

- Estudos e pareceres nos processos judiciais que tramitam nas Varas de Família da Capital, que versam sobre Guarda, Regulamentação de Visitas, Interdição, entre outros.
- Visitas domiciliares e institucionais, entrevistas, análise contábil e processual, para instrução dos estudos e pareceres.
- Acompanhamento do exercício da curatela, por meio de visitas de monitoramento às pessoas interditadas e suas famílias.
- Articulação com a rede socioassistencial e de saúde, para encaminhamento dos casos.
- Propositura de ações perante as Varas de Família da Capital em favor de pessoas incapazes, na ausência ou inércia da família.

Horário de Atendimento: das 7h às 13h
Av. Desembargador Guerra Barreto, s/n, 4º andar, Ala Sul
Ilha de Joana Bezerra, Recife, PE,
Fones: (81) 3303.5170, (81) 3181.0154/0157.
naf@mppe.mp.br



No coração de mãe
sempre cabe mais amor.
Só não cabe homofobia.

Dizem que o maior amor do mundo é o de mãe. Amor que respeita e inclui. A mãe, o pai e a família sabem a importância de acolher seus filhos gays, lésbicas e transexuais. É no lar que começam a ser valorizadas as atitudes de respeito e combate a qualquer forma de homofobia. Deixe o amor falar mais alto. Inclusão começa em casa.

Ministério Público de Pernambuco
0800.281.9455 - www.mppe.mp.br
no interior, procure a Promotoria de
Justiçada sua cidade.

Apoio:



SINTEPE
C.A. & C.C.S.A



Realização:

MÃES PELA IGUALDADE

